

A Crise dos Anos Vinte e a Revolução de Trinta

*Marieta de Moraes Ferreira
Surama Conde Sá Pinto*

1. Introdução

Nos anos vinte a sociedade brasileira viveu um período de grande efervescência e profundas transformações. Mergulhado numa crise cujos sintomas se manifestaram nos mais variados planos o país experimentou uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizariam a partir do movimento de 1930.

O ano de 1922, em especial, aglutinou uma sucessão de eventos que mudaram de forma significativa o panorama político e cultural brasileiro. A semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o movimento tenentista, a criação do Centro Dom Vital, a comemoração do centenário da Independência e a própria sucessão presidencial de 1922 foram indicadores importantes dos novos ventos que sopravam, colocando em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República.

Do ponto de vista econômico, a década de vinte foi marcada por altos e baixos. Se nos primeiros anos o declínio dos preços internacionais do café gerou efeitos graves sobre o conjunto da economia brasileira, como a alta da inflação e uma crise fiscal sem precedentes, por outro também se verificou uma significativa expansão do setor cafeeiro e das atividades a ele vinculadas. Passados os primeiros momentos de dificuldades, o país conheceu um processo de crescimento expressivo que se manteve até a Grande Depressão em 1929.¹ A diversificação da agricultura, um maior desenvolvimento das atividades industriais, a expansão de empresas já existentes e o surgimento de novos estabelecimentos ligados a indústria de base foram importantes sinais do processo de complexificação pelo qual passava a economia brasileira.

Junto com estas mudanças observadas no quadro econômico processava-se a ampliação dos setores urbanos com o crescimento das camadas médias, da classe

¹ Para um aprofundamento da discussão sobre a crise econômica brasileira em 1922 ver: FRITSCH, Winston. "1922: A Crise econômica." In: *Revista Estudos Histórico*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 11, 1993, p. 3-8.

trabalhadora e a diversificação de interesses no interior das próprias elites econômicas. Em seu conjunto estas transformações funcionariam como elementos de estímulo a alterações no quadro político vigente colocando em questionamento as bases do sistema oligárquico da Primeira República.

2. Os Fundamentos do Sistema Político na Primeira República

Um alto grau de instabilidade marcou a tônica dos primeiros anos do regime instituído em 1889. Se a defesa do federalismo era algo que unia grupos dominantes e representantes das principais províncias, outras questões relativas ao formato a ser dado ao novo sistema político provocavam inúmeras divergências.²

A primeira Constituição republicana do país, inspirada no modelo norte-americano, viria consagrar como forma de governo a República Liberal Federativa, garantindo ampla autonomia para os estados e instituindo um regime formalmente representativo democrático.³ Nem a Carta de 1891, contudo, nem as alternativas buscadas nos anos seguintes foram capazes de dar forma a um sistema político que respondesse a três problemas fundamentais: o da geração de atores políticos, o das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e o da interação entre poder central e poderes regionais.

A República Brasileira só conseguiria lançar bases para sua estabilidade, através do equacionamento destas questões, com a criação em 1898 do pacto político conhecido como política dos governadores ou política dos estados, como preferia denominá-lo Campos Sales, seu idealizador. *“Com Campos Sales a República encontraria(sic) sua rotina”* (LESSA, 1987).

A política dos governadores teve como objetivos: confinar as disputas políticas no âmbito de cada estado, impedindo que conflitos intra-oligárquicos transcendessem as fronteiras regionais provocando instabilidade política no plano nacional; chegar a um

² Para uma análise dos diferentes projetos de república em disputa no período ver: CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, capítulo II.

³ Apesar da supressão do critério censitário, ao excluir menores de vinte e um anos, mulheres, analfabetos, praças de pré e frades, a Constituição de 1891 deixou como margem para a qualificação enquanto eleitores um índice bastante reduzido da população brasileira, que girou no período entre 1,4 e

acordo básico entre a união e os estados; e pôr fim às hostilidades existentes entre Executivo e Legislativo, controlando a escolha dos deputados.

A inovação política introduzida para efetivá-la foi a reforma do Regimento Interno da Câmara no tocante à constituição da Comissão de Verificação de Poderes. Anteriormente cabia ao parlamentar mais idoso entre os presumidamente eleitos para a presidência da Câmara nomear cinco deputados para formar a comissão encarregada de decidir sobre a legitimidade dos mandatos dos demais congressistas. Com o novo critério o encarregado de nortear a Comissão de Verificação passou a ser o mesmo da legislatura anterior. Paralelamente se procedeu a uma definição mais precisa dos diplomas: pelo novo texto o diploma passou a ser a ata geral da apuração da eleição, assinada pela maioria da Câmara Municipal, encarregada por lei de coordenar a apuração eleitoral. Com estas mudanças as eleições passaram a ser decididas antes que a Câmara deliberasse a respeito, tendo o Legislativo federal se transformado numa expressão da vontade política dos chefes estaduais.

A historiografia produzida sobre o sistema político da Primeira República tradicionalmente enfatiza a força da aliança entre Minas Gerais e São Paulo, detentores das maiores bancadas no Congresso no período,⁴ como importante elemento fiador deste pacto (CASTRO, 1932; BELLO, 1969; FAUSTO, 1970; WIRTH, 1975; LOVE, 1975; MARTINS FILHO, 1981; KUGELMAS, 1986; IGLÉSIAS, 1993).⁵ Recentemente, contudo, alguns autores têm inovado ao chamar a atenção para o caráter instável da aproximação entre paulistas e mineiros ao mesmo tempo em que relativizam a idéia da eficácia da política dos governadores no que diz respeito à neutralização dos conflitos. A historiadora francesa Armelle Enders ressaltou em sua análise sobre o federalismo brasileiro no período a inexistência de uma solidez na aliança Minas-São Paulo até 1920, uma vez que o Rio Grande do Sul em algumas conjunturas importantes apresentou-se como um parceiro preferencial para os mineiros (ENDERS, 1993). Radicalizando esta orientação, em seu livro que revê a chamada *política do café com leite*, Viscardi mostrou que a aliança entre Minas e São Paulo foi eivada de conflitos e o

3,4%. Ver CARVALHO, José Murilo de. "Os três povos da República." In: CARVALHO, Maria Alice Resende de. (org.) *A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001, p. 72.

⁴ Na Primeira República, a bancada mineira, composta por 37 deputados, era a maior do Congresso. Em segundo lugar vinha a paulista com 22 parlamentares, igualando-se à da Bahia. Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro (estes dois últimos apresentavam o mesmo número de representantes) tinham respectivamente 16 e 17 deputados.

⁵ Para uma análise da produção historiográfica sobre a Primeira República ver: FERREIRA, Marieta de Moraes & GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: Um balanço historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 4, 1989, pp. 244-280.

pacto instituído a partir de 1898 não eliminou o grau de incerteza do sistema político vigente, na medida em que deixou de regular o principal elemento disfuncional do regime republicano: o fundamento de sua própria renovação, além disso, o principal mecanismo acionado para efetivá-lo (a mudança no regimento interno da Câmara no tocante à Comissão de Verificação de Poderes) teve breve duração (VISCARDI, 2001, p. 33).⁶ Assim a cada quatro anos abria-se na política brasileira uma nova conjuntura que mesclava, em maior ou menor grau, instabilidade e imprevisibilidade.

Por outro lado, apesar do revisionismo introduzido nos debates sobre o federalismo brasileiro no período, estas autoras não chegam a discordar que, na prática, com a política dos governadores o governo federal passou a sustentar os grupos dominantes nos estados, enquanto estes, em troca, apoiavam a política do presidente da República votando no Congresso com o governo. Este tipo de acordo se repetia entre governadores e as lideranças locais, os coronéis, que controlavam a massa de eleitores dada as características da sociedade brasileira no período predominantemente rural.

Os fundamentos para a compreensão do coronelismo foram lançados no clássico *Coronelismo, enxada e voto* (LEAL, 1948). A grande inovação da obra é a proposta de rompimento com teses consagradas que apresentavam a sociedade brasileira a partir de modelos dicotômicos que opunham ordem privada a ordem pública, do qual o trabalho de Nestor Duarte é o melhor exemplo (DUARTE, 1939). Definindo o coronelismo como “...o resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada,” (LEAL, 1948, p. 20) para Victor Nunes Leal, o fenômeno era fruto de um fato político e uma conjuntura econômica. O fato político apontado como desencadeador do coronelismo foi o federalismo implantado no país pela Carta de 1891, que concedeu ampla margem de autonomia aos estados, em detrimento dos municípios, e criou um novo ator político - os governadores, que passaram a ser eleitos a partir das máquinas estaduais. Já o fato econômico responsável pela manifestação do fenômeno foi a crise dos fazendeiros, que acarretou o enfraquecimento político do poder dos coronéis frente a seus dependentes e rivais. A manutenção deste poder passava a exigir então a presença do Estado que expandia sua influência na medida em que diminuía a dos donos de terras. Numa espécie de barganha, onde a moeda era o voto, o poder público alimentava o poder local

⁶ Em seu livro, inicialmente apresentado como Tese de Doutorado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, Viscardi questiona ainda a tese da existência de um consenso político mineiro interno como suporte para a projeção do estado na esfera nacional e a hegemonia exclusiva dos interesses cafeeiros no controle do Estado Republicano.

com uma autonomia extra-legal em troca do voto do eleitorado rural que, embora incorporado ao processo político com a supressão do critério censitário permanecia dependente social e economicamente dos proprietários rurais. Deste compromisso fundamental, que ligava chefes locais a governadores de estado e estes ao presidente da República resultariam características secundárias do fenômeno coronelista como o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização dos serviços locais.⁷

Se por um lado este esquema de funcionamento minimizou os conflitos intra-oligárquicos, garantindo uma permanência mais duradoura das situações no poder, desde que atuassem em consonância com a situação federal, por outro acabou dando forma a um federalismo desigual marcado pela preponderância de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul sobre as demais unidades da federação. Assim, no condomínio oligárquico em que se transformou a política brasileira havia oligarquias de primeira e segunda grandezas, além dos chamados estados satélites.

Como resultado concreto deste modelo vigente durante grande parte da Primeira República os conflitos políticos, embora não eliminados, foram minimizados e as sucessões presidenciais marcadas por disputas controladas, sendo o candidato da situação aquele que a priori tinha garantida sua eleição salvo alguns momentos excepcionais, conforme ocorrido na disputa presidencial de 1909/1910 que deu origem à Campanha Civilista.

Em inícios da década de vinte, contudo, este sistema apresentaria sinais de esgotamento com a eclosão de graves conflitos no interior das oligarquias. As práticas de controle das dissidências começaram a se mostrar menos eficazes.

⁷ Diferente de Victor Nunes, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Eul Soo Pang, nos anos sessenta e setenta, identificaram o coronelismo com mandonismo dilatando o conceito e comprometendo sua precisão histórica. Maria Isaura ampliaria inclusive a caracterização do fenômeno ao incorporar manifestações urbanas. Ver dos autores: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. "O coronelismo numa interpretação sociológica." In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, tomo III, vol. I, pp. 155-190; PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1943. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Para críticas ao modelo coronelista de Victor Nunes e uma resposta às mesmas ver CAMMACK, Paul. "O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica." In: Cadernos do Departamento de Ciência Política. Belo Horizonte, n. 5, mar., 1979, pp. 1-20; CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual." In: *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, 1997, pp. 229-250.

3. A cisão intra-oligárquica e a Reação Republicana

As disputas em torno da sucessão presidencial de 1922 que abririam espaço para a formação da Reação Republicana podem ser tomadas como indicadores do esgotamento do modelo político vigente na Primeira República.

Iniciadas as articulações em torno da candidatura à sucessão de Epitácio Pessoa, os grupos dominantes de Minas e São Paulo fecharam em torno dos nomes de Arthur Bernardes e Urbanos Santos.

O lançamento oficial desta chapa gerou no entanto discordâncias importantes no seio das oligarquias regionais. Diferente das disputas eleitorais anteriores, onde o consenso em torno de um nome se fazia com relativa facilidade, neste momento vozes dissonantes emergiram para contestar a candidatura oficial.

Inconformados com a imposição do candidato situacionista, as oligarquias dos estados de segunda grandeza representados pelo Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul articularam um movimento que ficaria conhecido como Reação Republicana, lançando as candidaturas de Nilo Peçanha e J.J. Seabra à presidência e vice-presidência da República em convenção realizada em 24 de junho de 1921.

Na historiografia produzida sobre o movimento, a Reação Republicana tem sido objeto de diferentes interpretações. Os cronistas da época atribuíram a cisão à disputa pela indicação do candidato à vice-presidência da República na chapa oficial. (CASTRO, 1932) Segundo eles, o motor da crise teria sido a impossibilidade de acordo entre Bahia, Pernambuco e secundariamente Rio de Janeiro, que pleiteavam a indicação do vice-presidente e se viram frustrados diante da escolha de um representante do Maranhão. Nesta perspectiva, o conflito não espelharia contradições mais profundas, seria antes o resultado de uma disputa eleitoral mais localizada.

Nos anos 1980 ao analisar a problemática econômico financeira da Primeira República Boris Fausto relacionou a cisão a divergências mais profundas (FAUSTO, 1982). De acordo com ele, o movimento revelaria a intensificação das dissidências interoligárquicas provocadas por aqueles setores que não estavam diretamente ligados à cafeicultura e se mostravam insatisfeitos com a política de desvalorização cambial e de endividamento externo destinada a garantir a terceira operação de valorização do café em curso. O conflito refletiria assim, basicamente, o enfrentamento de interesses opostos no terreno econômico, diretamente ligados à terceira política de valorização do café.

Ainda nos anos 1980, uma terceira proposta de interpretação foi apresentada pelo brasilianista Michael Conniff que identificou a Reação Republicana como o primeiro ensaio de populismo no país, ao enfatizar o papel das camadas urbanas cariocas e suas articulações com Nilo Peçanha, visto como um precursor das lideranças populistas (CONNIFF, 1981).

A década de noventa foi marcada pela revisão destas vertentes. Os novos trabalhos passaram a valorizar elementos de natureza política como principais fatores explicativos para a cisão (FERREIRA, 1993). A insatisfação dos estados de segunda grandeza com as distorções do federalismo é alçada assim ao centro da explicação histórica. A Reação Republicana é interpretada não como uma proposta de ruptura com o modelo oligárquico em vigor mas como uma tentativa de construção de um eixo alternativo de poder que ampliasse a participação das chamadas oligarquias de segunda grandeza no jogo do federalismo brasileiro do período.

Esta nova linha de interpretação tem como base de sustentação a própria plataforma do movimento que incluía a crítica ao imperialismo dos grandes estados, sobretudo no que dizia respeito aos processos de escolha do candidato à presidência e à influência exercida na constituição das bancadas dos estados mais fracos, a regeneração dos costumes políticos, a diversificação da agricultura, o desenvolvimento da produção de alimentos, além da conversibilidade da moeda e a adoção dos orçamentos equilibrados no plano financeiro.

Apesar destas propostas estarem voltadas para os interesses dos grupos oligárquicos dissidentes, a Reação Republicana também estava interessada em mobilizar as massas urbanas.

Para atender a esse objetivo, a campanha se revestiu de um apelo popular, pregando a urgência *"de arrancar a República das mãos de alguns para as mãos de todos"*. Nesse sentido, Nilo Peçanha declarava:

*"O mundo não pode ser mais o domínio egoístico dos ricos, e (...) só teremos paz de verdade, e uma paz de justiça, quando nas nossas propriedades (...) e nas nossas consciências, sobretudo, forem tão legítimos os direitos do trabalho como os do capital. Não é mais possível a nenhum governo brasileiro deixar de respeitar, dentro da ordem, a liberdade, a liberdade operária, o pensamento operário."*⁸

O destaque dado à questão da relação capital-trabalho estava ligado à intensa agitação operária que marcou os últimos anos da década de 1910 e colocou em

⁸ PEÇANHA, Nilo. Política, economia e finanças – Campanha presidencial de 1921-1922, p. 45.

evidência o debate acerca da questão social. Nilo advogava igualmente a extensão da instrução pública para acabar com o analfabetismo e como alternativa para ampliar a participação política dos segmentos desprivilegiados. Apesar desse discurso progressista, nenhuma proposta concreta que propiciasse uma maior democratização foi entretanto apresentada. O voto secreto, por exemplo, já reivindicado por expressivos segmentos urbanos, não era objeto de discussão.

Ainda que com uma plataforma tão limitada em termos de propostas concretas para os interesses das populações urbanas, Nilo conseguiu obter uma considerável penetração nesse contingente eleitoral, em especial no Distrito Federal. No interior fluminense, contudo, o candidato dissidente enfrentaria maiores resistências.

A penetração do nome de Nilo junto às camadas urbanas do Distrito Federal pode ser explicada não só em função de suas características pessoais, pois era um excelente orador, com grande capacidade de comunicação, mas também pelas próprias características e anseios dos grupos urbanos. Numa sociedade em que esses segmentos achavam-se marginalizados da participação política, o simples fato de o discurso nilista considerá-los como interlocutores dignos de atenção já era em si uma iniciativa mobilizadora.

Na verdade, enquanto no Distrito Federal e em outras capitais do país Nilo apresentava um discurso mais progressista, no seu estado natal, onde residiam suas principais bases, seu papel era o do oligarca típico, que promovia perseguições políticas, fraudava eleições,⁹ enfim, lançava mão de todas as práticas características do coronelismo (FERREIRA, 1994; PINTO, 1998).

Apesar das diferentes práticas adotadas visando a ampliar as possibilidades de vitória da chapa da Reação Republicana, o desenrolar da campanha sucessória e a aproximação do pleito evidenciavam os limites dessas estratégias. A cooptação dos elementos dissidentes não era fácil de ser efetivada, e muitas adesões esperadas não se concretizaram. As práticas políticas vigentes na Primeira República, baseadas no compromisso coronelista, implicavam uma postura de reciprocidade em que cada parte tinha algo a oferecer. No caso da Reação Republicana, poucos eram os trunfos que podiam ser usados para obter o apoio eleitoral dos oligarcas e coronéis do interior, já que a máquina federal não podia ser usada na distribuição de privilégios e favores. Por outro lado, a campanha eleitoral, por mais sucesso que obtivesse, não era capaz de

⁹ Para uma análise das fraudes eleitorais na Primeira República ver: TELAROLLI, Rodolpho. Eleições e fraudes eleitorais na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1982.

definir o pleito. Ainda que sem abrir mão dessas iniciativas, tornava-se fundamental contar com alternativas mais eficazes: era preciso encontrar um novo parceiro político capaz de antepor-se às oligarquias dominantes. Os militares eram o segmento ideal.

Os conflitos entre os militares e o governo federal já haviam marcado vários momentos da política republicana. A posse de Epiácio Pessoa e a posterior escolha de civis para ocupar as pastas militares durante seu governo só fizeram acirrar as dificuldades (CARVALHO, 1982) O retorno de Hermes da Fonseca da Europa em novembro de 1920 recrudescer os antagonismos, e sua eleição para presidente do Clube Militar em 1921 abriu novas articulações em torno de seu nome, que chegou a ser cogitado para a sucessão presidencial. A não concretização de sua candidatura veio aumentar ainda mais a insatisfação dos militares, o que os tornava aliados em potencial das oligarquias dissidentes. De fato, desde o lançamento do manifesto da Reação Republicana no Rio de Janeiro ficaram claras as preocupações de obter uma aproximação com os militares, através da crítica à posição secundária que lhes vinha sendo atribuída pelo governo federal. Também nos estados a campanha eleitoral procurou a adesão e a simpatia dos elementos militares distribuídos pelas várias regiões.

O arquivo de Nilo Peçanha traz informações significativas acerca de suas ligações com os militares ao longo de todo o segundo semestre de 1921. São inúmeras as cartas de militares provenientes de diferentes estados do país declarando seu apoio a Nilo e relatando suas iniciativas para a criação de comitês eleitorais. A imprensa nilista também fazia questão de enfatizar o apoio dos militares ao candidato opositor, como o demonstra a notícia publicada em novembro de 1921 pelo jornal *O Imparcial*: "*Nilo Peçanha desce de bordo do Iris nos braços de um general e de um almirante - O Exército e a Armada se confraternizam com o povo para glorificar o grande líder democrático.*"¹⁰

O ponto culminante desse processo de aproximação se deu com o episódio das chamadas "*cartas falsas*", supostamente enviadas por Bernardes a Raul Soares, contendo referências desrespeitosas aos militares. A publicação desses documentos pela folha *Correio da Manhã* visava claramente incompatibilizar o candidato situacionista com os militares e envolvê-los definitivamente na causa dissidente.

A despeito do clima de intensa agitação política que marcou os primeiros meses de 1922, as eleições presidenciais realizaram-se na data prevista, em 1º de março. Os resultados eleitorais, controlados pela máquina oficial, deram a vitória a Bernardes, com

466 mil votos, contra 317 mil de Nilo Peçanha (CARONE, 1971, p. 345) Mais uma vez o esquema eleitoral vigente na República Velha funcionou para garantir a posição do candidato oficial. Diferentemente dos pleitos anteriores, porém, não houve uma aceitação dos resultados eleitorais pela oposição. A Reação Republicana não reconheceu a derrota e, além de reivindicar a criação de um Tribunal de Honra que arbitrasse o processo eleitoral, desencadeou uma campanha visando de um lado manter a mobilização popular, e de outro aprofundar o processo de acirramento dos ânimos militares.

Ao longo de todo o primeiro semestre de 1922, e em especial após as eleições, a imprensa pró-Nilo assumiu uma postura panfletária, denunciando diariamente as punições e transferências sofridas pelos tenentes antibernardistas. Além de denunciar as perseguições feitas pelos bernardistas aos militares, as lideranças da Reação Republicana radicalizavam suas posições, abrindo espaço para a possibilidade de intervenção armada na decisão do conflito político. A esse respeito JJ. Seabra declarava: *"Se não for aceita essa solução patriótica e honrosa do Tribunal de Arbitramento, teremos a luta e a sangueira."*¹¹ Nesse clima de intensa agitação política, os militares começaram a passar do protesto à rebeldia e a intervir de fato em disputas políticas locais em favor de seus aliados civis, como aconteceu no Maranhão. Paralelamente, começavam a aparecer os primeiros sinais de tentativas de levantes no Distrito Federal e em Niterói.

As lideranças políticas de Minas e São Paulo não se deixaram entretanto intimidar diante das declarações alarmistas dos militares sobre a ameaça de revolta das tropas, e nem a idéia do Tribunal de Honra nem a proposta conciliadora de Epiácio foram consideradas. Às advertências militares, segundo *O Estado*, Raul Soares teria respondido: *"Se as classes armadas se acham no direito de fazer a revolução, nós nos achamos no dever de debelá-la."* Carlos de Campos, líder da bancada paulista na Câmara Federal, assumia posição semelhante ao declarar: *'Não cogitamos de acordo, nem é possível aceitá-lo. A atitude de São Paulo é definida e definitiva.'*¹²

Em conformidade com essa orientação, ao ser realizada em maio de 1922 a eleição para a mesa da Câmara Federal e para as diversas comissões parlamentares, foram excluídos todos os deputados dissidentes. A disposição clara das forças

¹⁰ *O Imparcial*, 6/11/1921.

¹¹ *O Estado*, 27/4/1922.

¹² *Idem*, 6/5/1922.

bernardistas de não fazer nenhum tipo de negociação conduziu a uma radicalização maior das correntes oposicionistas. Com o afastamento de seus partidários de todas as comissões da Câmara e dos trabalhos de reconhecimento eleitoral, Nilo Peçanha e J.J.Seabra lançaram um manifesto que declarava: "*A dissidência retira-se do Congresso e só a este caberá a responsabilidade do que acontecer de hoje em diante.*"¹³ Totalmente marginalizadas no cenário político nacional e sem nenhuma possibilidade de acordo, as forças dissidentes não tinham outra alternativa senão o aprofundamento das relações com os militares.

Do exposto pode-se dizer que a Reação Republicana não foi resultado direto das divergências em torno da terceira política de valorização do café, nem da disputa pela vice-presidência da República, nem da insatisfação das camadas urbanas cariocas.

A Reação Republicana resultou da insatisfação das oligarquias de segunda grandeza ante a dominação de Minas-São Paulo. A resistência dos estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Distrito Federal não era um fenômeno novo, pois em várias ocasiões pode-se detectar uma busca de articulação entre essas oligarquias estaduais com o objetivo de aumentar seu poder de negociação frente aos estados dominantes. O movimento de 1922 foi um momento expressivo dessa luta. Não devem ser esquecidas entretanto as formas de articulação buscadas pelos integrantes da Reação Republicana com os setores urbanos, em especial do Distrito Federal, e com os militares.

4. O movimento tenentista

As possibilidades de subversão da ordem e de intervenção militar tornavam-se por sua vez cada vez mais concretas. Ainda em meados de maio de 1922, Dantas Barreto, já suspeitando da crise que iria eclodir em Pernambuco, telegrafou a Nilo declarando: "*Tribunal de Honra ou revolução.*" A rebelião eclodiu finalmente em 5 de julho e contou com a participação das guarnições de Campo Grande, Niterói e Distrito Federal.

¹³ Idem, 6/5/1922.

Este levante militar, que ficou conhecido como *Dezoito do Forte de Copacabana*, é considerado *a estréia dos tenentes no cenário nacional* (PRESTES,1997, p.70)

A tentativa de revolta no entanto fracassou desde o começo, sendo logo sufocada pelas forças federais. O movimento não obteve a adesão de segmentos militares expressivos e as oligarquias dissidentes, que tanto haviam contribuído para acirrar os ânimos militares, não se dispuseram a um engajamento mais efetivo. Epiácio pediu imediatamente a decretação do estado de sítio no Estado do Rio e no Distrito Federal, e grande número de deputados dissidentes do Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco votaram a favor da medida, demonstrando um recuo das oligarquias e a desarticulação completa da Reação Republicana.

Nos meses seguintes, a repressão desencadeada pelo governo fortalecido de Epiácio determinou inúmeras prisões e instaurou vários processos.

O tenentismo recebeu esta denominação uma vez que teve como principais figuras não a cúpula das forças armadas mas oficiais de nível intermediário do Exército – os tenentes e os capitães. O alto comando militar do Exército manteve-se alheio a uma ruptura pelas armas, assim como a Marinha. O movimento, que tomou proporções nacionais, empolgou amplos setores da sociedade da época, desde segmentos oligárquicos dissidentes aos setores urbanos (camadas médias e a classe operária das cidades).

O grande mal a ser combatido eram as oligarquias, já que segundo os tenentes, elas haviam transformado o país em “*vinte feudos*” cujos senhores eram escolhidos pela política dominante. Embora na época não chegassem a formular um programa antiliberal, e não obstante suas profundas contradições e seu vago nacionalismo, os tenentes identificavam-se com a defesa de propostas como a reforma da Constituição, a limitação da autonomia local, a moralização dos costumes políticos e a unificação da justiça e do ensino, assim como do regime eleitoral e do fisco (PRESTES, 1997, p. 97)

Meses após ter sido debelado o primeiro levante, em novembro de 1922, Arthur Bernardes tomou posse. Visando garantir a estabilidade de seu governo o presidente decretou o estado de sítio no Rio de Janeiro aprofundando o movimento de repressão.

A Reação Republicana já estava naquele momento completamente diluída, e as oligarquias dissidentes tentavam se rearticular com a situação dominante de forma a evitar as intervenções federais. Se a posição do Rio Grande do Sul garantiu o controle do estado para o Partido Republicano Rio-Grandense de Borges de Medeiros, a Bahia,

Pernambuco e Rio de Janeiro sofreram alterações significativas nas suas políticas internas, com a troca dos grupos dominantes. Especialmente no Estado do Rio, esse processo de revezamento de grupos no controle do estado assumiria um caráter radical (FERREIRA, 1989).

Para homenagear o movimento de 1922, dois anos depois eclodiria o chamado 5 de julho em São Paulo. Em 1924, contudo, a articulação dos militares foi melhor preparada. O movimento tinha como objetivo a derrubada do governo de Arthur Bernardes, visto pelos tenentes como ícone das oligarquias dominantes.

A ação do grupo foi iniciada com a tomada de alguns quartéis. Apesar dos tenentes conseguirem se instalar na capital paulista, com a ação repressiva do governo que não distinguia rebeldes dos civis os tenentes resolveram abandoná-la, deslocando-se para o interior de São Paulo onde também eclodiam revoltas. Fixando-se em seguida no oeste do Paraná as tropas vindas de São Paulo enfrentaram os legalistas à espera dos “tenentes” provenientes do Rio Grande do Sul, onde as revoltas tiveram à frente figuras como João Alberto e Luís Carlos Prestes e contaram com a oposição gaúcha PRR. Em abril de 1925 as duas forças se juntaram dando origem à Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes.

Momento culminante das revoltas tenentistas e episódio mais importante da saga dos tenentes, a Coluna, organizada sem que um plano tivesse sido previamente traçado, com seus 1500 homens, percorreu cerca de 25 mil quilômetros, atravessando 13 estados brasileiros, propagando a revolução e o levante da população contra as oligarquias, até que seus remanescentes dirigiram-se para a Bolívia e para o Paraguai.

Com o fim da Coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes, estava eliminado o último foco de contestação do regime.

Na produção historiográfica sobre o movimento tenentista, três correntes se delineiam. A primeira, a mais tradicional e amplamente difundida, explica o tenentismo como um movimento que, a partir de suas origens sociais nas camadas médias urbanas, por vezes chamada de pequena burguesia, representaria os anseios destes setores por uma maior participação na vida nacional e nas instituições políticas (SANTA ROSA, 1933).¹⁴ A Segunda corrente, formulada a partir de trabalhos produzidos nos anos sessenta e setenta, tenta contestar a absolutização da origem social na definição do conteúdo do tenentismo privilegiando aspectos organizacionais do movimento, ou seja, entende este movimento como produto da instituição militar (CARVALHO, 1977;

DRUMOND, 1985,1986). Nesta perspectiva, o tenentismo seria um movimento cujo objetivo maior era a defesa dos interesses da corporação. Drumond, chega a defender que o tenentismo era uma corrente política dentro do Exército, que falava para o Exército e mobilizava oficiais de patentes inferiores. Suas conexões com os setores civis teriam sido assim limitadas e pouco sistemáticas. Finalmente a terceira corrente, criticando as vertentes anteriores, defende uma análise mais global, levando-se em conta tanto a situação institucional dos tenentes como membros do aparelho militar, quanto a sua composição social como membros das camadas médias.(FAUSTO, 1970; FORJAZ, 1977).

Dentro dos debates em torno da temática, merece ser mencionado também o trabalho de Anita Prestes que interpreta o tenentismo como um movimento político-social e a Coluna Prestes como um movimento da mesma natureza que se transformou numa organização militar com características populares (PRESTES, 1997, p.394).

A despeito das diferenças entre as correntes enunciadas sobre o tenentismo, os autores identificados com cada uma delas concordam quanto ao importante papel representado pelo movimento no processo de erosão do sistema político vigente.

Passados os momentos mais agudos da crise, a recomposição do pacto oligárquico parecia completa, reinaugurando um novo momento de estabilidade. Essa possibilidade, entretanto, se mostrou pouco duradoura, e no final da década uma nova cisão intraoligárquica se manifestaria fortemente fazendo eclodir a Revolução de 30.

A eleição em março de 1926 de Washington Luís, governador de São Paulo apresentado como candidato único, ocorreu sem maiores problemas indicando que o pacto entre as oligarquias estava temporariamente recomposto.

5. A Aliança Liberal e a Revolução de 1930

“Assim como não veio substituir homens a revolução não veio também substituir partidos. O seu programa é substituir princípios e normas para evitar o regresso à política dos antigos donos da República dos senhores absolutos do regime.”¹⁵

¹⁴ Nelson Werneck Sodré é caudatário deste tipo de interpretação.

¹⁵ Entrevista de Osvaldo Aranha ao *Correio do Povo*, edição de 14/06/1931.

O governo Washington Luís decorreu em clima de relativa estabilidade. Os confrontos que marcaram os primeiros anos da década de vinte pareciam estar contornados. Em 1929, iniciou-se um novo processo de sucessão presidencial. Tudo indicava que as regras que norteavam o funcionamento da política até então seriam mais uma vez cumpridas: as forças da situação, por meio do presidente da República, indicariam um candidato oficial, que deveria ser apoiado por todos os grupos dominantes nos estados.

Dessa vez, contudo, a cisão se processaria no cerne do próprio grupo dominante. Washington Luís, resolvido a fazer seu sucessor, indicou Júlio Prestes, paulista como ele e então presidente do estado, como candidato oficial. Com isso, rompia-se o acordo tácito com Minas, que esperava ocupar a presidência da República.

A divergência entre Minas e São Paulo abriu espaço para que outras disputas e pretensões, sufocadas num passado não muito distante, pudessem ressurgir. Nesse contexto, em julho de 1929, contando com o apoio mineiro, foi lançada a candidatura de Getúlio Vargas, ex-Ministro da Fazenda de Washington Luís e então governador do Rio Grande do Sul, tendo como vice na chapa dissidente o governador da Paraíba, João Pessoa. Estava formada a Aliança Liberal, uma coligação de forças políticas e partidárias pró-Vargas. Sua base de sustentação era o situacionismo de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e mais alguns grupos de oposição ao governo federal de vários estados, tais como o Partido Democrático (PD),¹⁶ criado em 1926 em São Paulo, e facções civis e militares descontentes. Com uma composição cuja característica mais pronunciada era a heterogeneidade, a Aliança Liberal explicitava as dissidências existentes no interior das próprias oligarquias estaduais.

Sob o lema “Representação e Justiça,” sua plataforma estava voltada fundamentalmente para a regeneração política, o que implicava na luta pela reforma eleitoral, com a criação de uma justiça eleitoral, na defesa do voto secreto, da moralização dos costumes políticos e das liberdades individuais. Ao propugnarem pelo liberalismo, as oposições pretendiam tornar o sistema político mais representativo ao nível da classe dominante, integrando à mesma as frações da elite não representadas na estrutura de poder, além dos segmentos médios urbanos que se desenvolveram em

¹⁶ O Partido Democrático(PD) se diferenciava do Partido Republicano Paulista (PRP) pelo seu liberalismo, repudiado na prática pelo PRP e pela maior juventude relativa de seus integrantes. Defensor de reformas políticas, da “vocação agrária do país” e sem defender uma política industrialista, em suas linhas militavam tanto setores da burguesia urbana e profissionais liberais quanto representantes das

função da expansão econômica (VIZENTINI, 1983, p.74). O programa propunha além das já mencionadas reformas políticas, a anistia para os revoltosos dos anos vinte e medidas de proteção ao trabalho como a aplicação da lei de férias e a regulamentação do trabalho de menores e o da mulher.

A acirrada disputa eleitoral foi agravada pela profunda crise econômica mundial provocada pela quebra, em outubro de 1929, da bolsa de Nova York. No final desse ano já havia centenas de fábricas falidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e mais de um milhão de desempregados em todo o país. A crise atingiu também as atividades agrícolas, especialmente a cafeicultura paulista, produzindo uma violenta queda dos preços do café e liquidando o programa de estabilização do governo que vinha sendo implementado.

As eleições se realizaram em março de 1930 e a vitória coube a Júlio Prestes, que recebeu cerca de um milhão de votos, contra 737 mil dados a Getúlio Vargas. Passadas as eleições, setores da Aliança Liberal não conformados com a derrota, buscaram uma aproximação com lideranças do movimento tenentista que, embora derrotas, continuavam sendo uma força importante por sua experiência militar e seu prestígio.

A articulação entre estes segmentos (os setores oligárquicos dissidentes e os tenentes) avançava lentamente, principalmente porque a mais importante liderança tenentista – Luís Carlos Prestes – em maio de 1930 lançara no exílio um manifesto no qual condenava o apoio às oligarquias.

Ao fazer uma avaliação do momento político brasileiro Prestes declarou:

”A última campanha política acaba de encerrar-se. Mais uma farsa eleitoral metódica e cuidadosamente preparada pelos politiquieiros foi levada a efeito com o concurso ingênuo de muitos (...) ainda não convencidos da inutilidade de tais esforços.

...

A revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável, nada resolvem, nem podem interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes.¹⁷

oligarquias cafeeiras descontentes com seus representantes políticos. Ver: FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Ed. Pólis, 1978.

¹⁷ Manifesto de Luís Carlos Prestes dirigido à Nação Brasileira em 30/05/1930. Arquivo Getúlio Vargas, GV 30.5.30.

A posição de Prestes, que já se manifestava influenciado pelo comunismo (tendência que se acentuaria nos anos seguintes através de leituras e contatos com líderes comunistas latino-americanos), encontrou fortes resistências junto a outras lideranças tenentistas.¹⁸ Respondendo ao antigo líder da Coluna, em carta aberta, Juarez Távora afirmaria:

“Discordo do último manifesto do general; Luís Carlos Prestes. Não julgo viáveis os meios de que se pretende lançar mão para executar o movimento, nem aceito a solução social e política que preconiza para resolver, depois dele, o problema brasileiro.

Temos tido todos nós que hoje palmilhamos o caminho da revolução um mesmo ponto de partida: a descrença na eficiência dos processos legais para a solução da crise que asfixia a nacionalidade ...

Nós os da velha guarda revolucionária acreditamos que o mal não reside apenas nas deficiências dos homens - mas, sobretudo, na prática (...) defeituosa de uma Constituição divorciada das realidades da vida nacional ... O remédio contra esta diátese política não pode consistir na simples substituição dos homens ... Impõem-se, portanto, como base de nosso saneamento político, a eliminação desta atmosfera de corrupção que nos envolve ... Estou firmemente convencido da prática defeituosa de uma Constituição política inadequada às nossas tendências, nossa cultura e nossas realidades ... Nós revolucionários não cremos que uma tal reforma possa processar-se por uma pacífica evolução legal ...”¹⁹

Se no interior do movimento tenentista havia divergências quanto ao melhor caminho a ser seguido, a idéia da revolução também provocava reticências entre os setores civis da Aliança Liberal

A carta de Osvaldo Aranha a Borges de Medeiros exemplifica esta posição:

“Felizmente a hora da confusão passou e a nossa marcha, bem orientada e coesa, caminha sem desertores e vacilações para um porto seguro... Houve um pouco de relutância e de alvoroço ... já agora, não há mais lugar senão no quinhão que nos cabe, de responsabilidade e sacrifício dentro da família republicana.”²⁰

¹⁸ Apesar da aproximação com o comunismo, Prestes enfrentaria sérias resistências para ingressar no Partido Comunista Brasileiro (PCB), que condenava o que chamavam de conteúdo personalista de sua postura política. Seu ingresso no Partido se daria apenas em 1934.

¹⁹ Carta Aberta de Juarez Távora de 31.05.1930. Arquivo Pedro Ernesto Batista, PEB, 30.05.31

²⁰ Carta de Osvaldo Aranha a Borges de Medeiros provavelmente de junho de 1930. Arquivo Osvaldo Aranha, AO, 30.06.00 (?)

Um acontecimento inesperado deu força à conspiração revolucionária. Em 26 de julho de 1930, o candidato a vice da Aliança Liberal, João Pessoa, foi assassinado em Recife. Embora as razões do crime tenham sido passionais e não políticas, ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava. Nos meses seguintes, a conspiração recrudescceu com a adesão de importantes quadros do Exército.

Em carta a Borges de Medeiros, Getúlio Vargas comentava sobre o agravamento da situação política:

“Como já deve ser de seu conhecimento, o assassinio do presidente (da Paraíba) João Pessoa causou funda impressão em todo o país. Nesta capital, o povo manifestou-se energeticamente em concorridos comícios de protestos ... Não devo, porém, ocultar-lhe que há aqui acentuada tendência revolucionária, principalmente entre os dirigentes do Partido Libertador e alguns prezados amigos nossos ... O atual momento político é bastante delicado. De uma parte, dizem os libertadores que ou o governo (gaúcho) faz a revolução ou eles rompem conosco quebrando a frente única. De outra, são os nossos companheiros que, mais exaltados, se manifestam francamente em favor do movimento armado.”²¹

Se nesse momento Vargas ainda demonstrava temores quanto ao curso dos acontecimentos nos meses seguintes o papel das jovens lideranças gaúchas e mineira foi decisivo para o aprofundamento da opção da luta armada.

Era clara no interior da Aliança Liberal uma diferenciação mais explicável em termos de geração do que ideologia. Lado a lado no movimento estavam quadros tradicionais e jovens que haviam iniciado sua carreira política à sombra de velhos oligarcas da Primeira República. No Rio Grande do Sul esta força jovem, conhecida como “*geração de 1907*” (ano relativo ao término de sua formação universitária), era representada por Vargas, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Maurício Cardoso e Paim Filho, já em Minas, Virgílio de Mello Franco e Francisco Campos, ambos descendentes de famílias tradicionais da região, eram seus principais representantes. Estes políticos mais jovens, alguns dos quais haviam se destacado na luta contra o tenentismo, estavam dispostos a seguir o caminho dos tenentes.

O documento de Osvaldo Aranha à Vargas confirma esta afirmação:

²¹ Carta de Getúlio Vargas a Borges de Medeiros em 29/07/1930. Arquivo Getúlio Vargas, GV, 30.07.29

“Nada se pode esperar das leis, que não são praticadas, nem dos homens que são seus violadores. Onde a lei não é cumprida, o governo assenta no arbítrio e na força. ... As soluções pacíficas, preconizadas como melhores e mais simpáticas, tornam-se inúteis, quiméricas. ... Não há duas situações para uma só realidade, como não há duas soluções verdadeiras para uma mesma hipótese. Assim, ou concordamos com a situação de anarquia moral e de miséria material, que domina a República, ou, animados de espírito de sacrifício, de altruísmo cívico, dentro de nossa missão social resolvemos procurar os meios de corrigir essa situação...”²²

A conspiração acabou estourando em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, no dia 3 de outubro de 1930. Em seguida, ela se alastrou para vários estados do Nordeste. Em todos esses locais, após algumas resistências, a situação pendeu para os revolucionários. Em 24 de outubro, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaías Noronha depuseram o então presidente Washington Luís, no Rio de Janeiro, e constituíram uma Junta Provisória de Governo. Essa Junta tentou permanecer no poder, mas a pressão das forças revolucionárias vindas do sul e das manifestações populares obrigaram-na a entregar o governo do país a Getúlio Vargas, empossado na presidência da República em novembro de 1930.

A chegada de Vargas ao poder deu início a uma nova fase da história política brasileira.

O golpe de outubro de 1930 que deslocou as tradicionais oligarquias do epicentro do poder tem sido tratado na historiografia a partir de diferentes vertentes explicativas.

Uma primeira linha de interpretação vê o movimento de 1930 como uma revolução de classes médias (SANTA ROSA, 1933). De acordo com os autores identificados com esta corrente, a Primeira República teria sido marcada pela existência de um antagonismo entre uma pequena burguesia, formada pelos setores médios urbanos, e uma burguesia nacional, representada por industriais, grandes comerciantes e fazendeiros de café. O conflito entre estes dois segmentos teria evoluído para a revolução devido à cisão das oligarquias dominantes processada em torno da sucessão presidencial de 1929 e ao fato das classes médias terem encontrado expressão política no movimento tenentista. Os pressupostos básicos desta vertente são assim o papel central desempenhado no movimento pelas classes médias que no pós-trinta teriam

²² Carta de Osvaldo Aranha a Vargas

ascendido ao poder embora em caráter não exclusivo e a existência de uma forte identidade entre estes setores e o movimento tenentista.²³

Outra linha de interpretação, que ganhou destaque nos anos sessenta entre os setores da esquerda brasileira, sustenta que a revolução de trinta expressaria a ascensão da burguesia industrial à dominação política (SODRÉ, 1962). Partindo do pressuposto da existência na sociedade brasileira de uma contradição entre o setor agrário-exportador (representado pelo latifúndio e visto como associado ao imperialismo) e os interesses voltados para o mercado interno (representados pela burguesia nacional), a revolução de trinta seria assim o resultado de uma brecha na classe dominante que, ao cindir-se, permitiu a composição de uma de suas frações (a burguesia industrial) com setores médios urbanos e sua ascensão ao aparelho do Estado.

Os anos setenta são marcados pela revisão destas vertentes explicativas (WEFFORT, 1968; FAUSTO, 1970). Ao erigirem um novo modelo de intelegibilidade do movimento de trinta, autores como Boris Fausto expuseram a fragilidade das interpretações anteriores.

Com a publicação em 1970 do livro *A Revolução de 30: história e historiografia*, Fausto, através de uma análise historiográfica, aprofundou as críticas tanto às concepções que interpretam os conflitos da Primeira República como fruto das contradições antagônicas entre o setor agrário-exportador e setores urbano-industriais e a Revolução de 1930 como o resultado final desse embate, quanto a que concebe o movimento como uma revolução das classes médias.

No que diz respeito à primeira concepção, tomando como base as características da indústria nacional no período, o comportamento da burguesia industrial do Rio de Janeiro e de São Paulo, o programa e a composição do Partido Democrático (PD) e a plataforma da Aliança Liberal, que era despida de qualquer proposta industrialista, o autor mostra que a burguesia industrial não oferecia qualquer programa voltado para o desenvolvimento da industrialização como alternativa a um sistema cujo eixo básico eram os interesses cafeeiros.²⁴ Já no tocante à segunda

²³ Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe são alguns dos autores caudatários desta interpretação. Para Ramos, a revolução de trinta seria a continuidade dos movimentos militares da década de vinte e da Campanha Civilista. O movimento teria assim encerrado o ciclo da constitucionalização efetiva do Estado, abrindo um ciclo de lutas políticas pela estruturação ideológica das classes sociais no Brasil.

²⁴ Em 1972, como um aprofundamento de seus trabalhos anteriores, o mesmo autor publicou *Pequenos ensaios de história da República*. A intenção destes textos foi apresentar as linhas gerais da formação social brasileira e seu sistema político durante a Primeira República. Uma das idéias centrais do autor é que a concentração das atividades econômicas em áreas geográficas definidas propiciou a formação no país de uma estrutura regional de classes. As oposições entre os diferentes grupos regionais no interior da

vertente, os principais argumentos utilizados por Fausto para contestá-la relacionam-se às características ideológicas do tenentismo nos anos vinte nas quais o elitismo e a centralização apareceriam como traços fortes, à heterogeneidade da origem social dos tenentes e às características dos próprios setores médios no período, vistos pelo autor como uma força subordinada, cujo inconformismo se adaptava às cisões da classe dominante.

Propondo uma interpretação alternativa, para Fausto a revolução de 1930 deve ser entendida como o resultado de conflitos intra-oligárquicos fortalecidos por movimentos militares dissidentes, que tinham como objetivo golpear a hegemonia da burguesia cafeeira. Contudo, em virtude da incapacidade das demais frações de classe para assumir o poder de maneira exclusiva e, com o colapso político da burguesia do café, abriu-se um vazio de poder. A resposta para essa situação foi o *Estado de Compromisso*.

Para se entender o significado do *Estado de Compromisso* é preciso remontar a própria composição da Aliança Liberal.

Os vitoriosos de 1930 formavam um grupo bastante heterogêneo, tanto do ponto de vista social como do ponto de vista político. Se o combate às oligarquias tradicionais era o que se poderia chamar de um objetivo em comum, o mesmo não pode dizer em relação às expectativas dos diferentes atores envolvidos no movimento. Assim, enquanto os setores oligarcas dissidentes mais tradicionais desejavam um maior atendimento à sua área e maior soma de poder, com um mínimo de transformações; os quadros civis mais jovens almejavam a reforma do sistema político; os tenentes defendiam a centralização do poder e a introdução de reformas sociais; e os setores vinculados ao Partido Democrático (PD) tinham como meta o controle do governo paulista, além da efetiva adoção de princípios liberais. Como nenhuma classe ou fração de classe ascende em caráter exclusivo ao Estado o que se observa no pós-trinta é um reajuste nas relações internas dos setores dominantes. O *Estado de Compromisso*, neste sentido, nada mais é do que um Estado que se abre a todas as pressões sem se subordinar necessariamente a nenhuma delas. Suas principais características são uma maior centralização com a subordinação das oligarquias ao Poder Central, a ampliação

classe dominante ganharam mais importância do que as divisões setoriais (burguesia agrária, comercial, industrial).

Com esta afirmação, Fausto não só aprofundou as críticas às interpretações dualistas (contradições entre oligarquias agrárias e setores urbano-industriais), como ofereceu novas contribuições no sentido de melhor explicitar o papel da oligarquia cafeeira.

do intervencionismo que deixa de ser restrito à área do café, além do estabelecimento de certa racionalização na utilização de algumas fontes fundamentais de riqueza pelo capitalismo internacional (FAUSTO, 1970, p. 109-110).

Do ponto de vista ideológico o que se verifica é um progressivo abandono das fórmulas liberais pelos quadros dirigentes, apesar do formado dado à Constituição de 1934, e uma aproximação com matrizes de pensamento autoritárias, como o fascismo.

Num contraponto a esta contribuição de Boris Fausto consagrada na historiografia, em inícios dos anos oitenta uma nova corrente foi desenhada nos debates em torno da revolução de trinta em cujo cerne está a desqualificação de 1930 enquanto marco revolucionário e a idéia de que a revolução representaria um golpe preventivo da burguesia contra o movimento operário, visto como uma séria ameaça à dominação burguesa. (DEDECCA, 1981; TRONCA, 1982).²⁵

De acordo com os autores identificados com esta vertente, ao invés de 1930, o verdadeiro momento revolucionário teria sido 1928, quando no plano institucional teria se explicitado a luta de classes no país através da criação do Bloco Operário Camponês (BOC) pelo Partido Comunista. A fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, no mesmo ano, teria assim representado a resposta das classes dominantes à mobilização operária, enrijecendo-se a postura patronal repressiva, cujos desdobramentos, a nível ideológico, resultaram na “conotação” do golpe enquanto instrumento da produção discursiva vitoriosa, destinada a apagar a memória da verdadeira luta de classes.

As principais críticas que tem sido endereçadas a esta interpretação dizem respeito à problemática comprovação empírica dos argumentos sustentados por estes autores.²⁶

A despeito da polêmica instalada, ainda nos anos oitenta, embora não cheguem a propor um modelo alternativo, alguns autores chamaram a atenção para as vantagens e os perigos implicados na tendência existente tanto na sociologia quanto na história de conceber a revolução de 1930 como um marco da história contemporânea devido à condensação de fenômenos observados em torno do movimento (MARTINS, 1980). Conforme ressaltam, entre as principais vantagens deste procedimento está a economia de meios proporcionada. Ou seja, a revolução de trinta se transforma numa espécie de

²⁵ Maria Helena Capelato, em sua análise sobre o movimento de 1932, é caudatária deste tipo de interpretação.

²⁶ Ver PRESTES, Anita. A Coluna Prestes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 34.

evento matriz que serve de catalisador para se captar a cultura política, o comportamento, as aspirações e demandas dos diferentes segmentos integrantes do sistema político brasileiro. Em compensação entre os inconvenientes estão a perigosa tendência de se transferir para o acontecimento uma dimensão que não é intrínseca à sua e sobretudo induzir à conversão do que pode ser apenas uma simultaneidade de fenômenos em nexos fortes entre eles (MARTINS, 1980, p. 671).

O resultado da Revolução de trinta mais do que as propostas do movimento em si é que transformaram 1930 em um marco histórico importante.

Bibliografia Referenciada

I. Fontes Primárias

Arquivos Privados:

Nilo Peçanha– Museu da República

Getúlio Vargas – CPDOC – FGV

Pedro Ernesto – CPDOC – FGV

Oswaldo Aranha – CPDOC - FGV

Imprensa

O Imparcial (1921)

O Estado (1922)

O Correio do Povo (1931)

II. Livros, Artigos e Teses

BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.

CAMMACK, Paul. “O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica.” In: *Cadernos do Departamento de Ciência Política*. Belo Horizonte, n. 5, mar., 1979, pp.1-20.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Col. Tudo é História).

CARONE, Edgar *A República Velha (evolução política)*, São Paulo, Difel Editora, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. "As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador." In: FAUSTO, Boris (dir.) *História geral da civilização brasileira*, tomo 3: *O Brasil Republicano*, 1982.

----- “Mandonismo, coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.” In: *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 40, n.º 2, 1997, pp. 229-250.

----- Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo:

- Companhia das Letras, 1987.
- "Os três povos da República." In: CARVALHO, Maria Alice Resende de. (org.) *A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- CASTRO, Sertório de. *A República que a revolução destruiu*. Rio de Janeiro: s/ ed., 1932.
- CONNIFF, Michael. *Urban politics in Brazil: The rise of populism (1925-1945)*. Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1981.
- DEDECCA, Edgard S. *1930: O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DRUMMOND, José Augusto. *A Coluna Prestes - rebeldes errantes*. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Tudo é história, 103).
- *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico (1922-1935)*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1939. (Brasiliana, 172).
- ENDERS, Armelle. *Pouvoir et federalisme au Bresil: 1889-1930*. Paris: Universite de Paris IV – Sorbone/Institut d’histoire, 1993.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930. História e historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- *Pequenos ensaios de História da República. 1889-1945*. São Paulo: Cebrap, 1972.
- "Expansão do café e política cafeeira" In: FAUSTO, Boris (dir.) *O Brasil republicano*. São Paulo, Difel, 1982, vol. 3 (História Geral da Civilização Brasileira, 10).
- FERREIRA, Marieta de Moraes & GOMES, Ângela de Castro. *Primeira República: Um balanço historiográfico*. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 4, 1989, pp. 244-280.
- (Coord.) *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.
- "A Reação Republicana e a crise política dos anos vinte." In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 11, 1993, pp. 9-23.
- *Em Busca da Idade do Ouro: As elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política (tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo: Ed. Pólis, 1978.
- FRITSCH, Winston. "1922: A Crise econômica." In: *Revista Estudos Histórico*, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 11, 1993, p. 3-8.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria Política do Brasil (1500-1964)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- JAGUARIRE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- KUGELMAS, Eduardo *Difícil hegemonia; um estudo sobre São Paulo na Primeira República*. São Paulo: USP, 1986. (tese de doutorado).
- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana*. São Paulo: Vértice, 1987.

- MARTINS, Luciano. “A revolução de trinta e seu significado político.” In: *A Revolução de 30: Seminário Internacional*. Brasília: Ed. da UnB, 1980.
- MARTINS FILHO, Amílcar. *A economia política do café com leite (1900-1930)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1943. A Bahia na Primeira República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- PINTO, Surama Conde Sá. *A Correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- PRESTES, Anita. *A Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “O coronelismo numa interpretação sociológica.” In: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, tomo III, vol. I, pp. 155-190.
- RAMOS, Guerreiro. *A crise de poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.
- TELAROLLI, Rodolpho. *Eleições e fraudes eleitorais na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- TRONCA, Ítalo. *A Revolução de trinta: a dominação oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- WEFFORT, Francisco. *Classes populares e política*. São Paulo: Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1968.
- WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O Teatro das Oligarquias: uma revisão da política do café com leite*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *Os liberais e a crise da República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Col. Tudo é história)